

## **Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo em unidades de conservação da Região Metropolitana de Belém - Pará: o caso do Projeto Agrovárzea**

### **Public policies for the development of tourism in conservation units in the metropolitan region of Belém - Pará: The case of the AgroVárzea project**

DOI:10.34117/bjdv7n7-159

Recebimento dos originais: 07/06/2021

Aceitação para publicação: 07/07/2021

#### **Yasmin Alves dos Santos**

Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local Na Amazonia –  
PPGEDAM/NUMA/UFPA

Endereço: Rod. Augusto Montenegro, 200, Belém/PA 6623-010

E-mail: yasminalvesalves@gmail.com

#### **Rozangela Sousa da Silva**

Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável – UFPA

Endereço: Rod. Augusto Montenegro, 4310, Belém/PA 66635-110

E-mail: rozsilva@hotmail.com

#### **Amanda Paiva Quaresma**

Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável – UFPA

Endereço: Rod. Arthur Bernardes, Passagem Horta, Belém/PA 66816-110

E-mail: amandapquaresma@hotmail.com

#### **RESUMO**

As Políticas Públicas de Meio Ambiente são ações voltadas para preservação e conservação da sociobiodiversidade. A Gestão para Unidades de Conservação tem a função de assegurar a representatividade do patrimônio biológico e de garantir o uso sustentável dos recursos naturais e ainda proporcionar às comunidades envolvidas o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. O Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio, órgão gestor responsável pelas Áreas Protegidas do Estado do Pará, busca promover projetos e atividades focadas no desenvolvimento das populações tradicionais dentro e no entorno das UC's, dentre eles o projeto AgroVárzea, inserido no Programa “Valorização das Comunidades Locais”. O projeto AgroVárzea busca valorizar as comunidades tradicionais que estão dentro e no entorno dessas áreas, e está organizado em duas linhas de ações: Capacitação Técnica e Monitoramento Comunitário dentro dessas linhas de ações são trabalhados três temas essenciais: Sistemas Agroflorestais (SAF's), Turismo Rural e Venda Direta. Esse estudo tem por objetivo analisar as estratégias das políticas públicas de turismo em unidades de conservação, tendo como foco as ações de turismo rural, do Projeto AgroVárzea, nas comunidades de dentro e do entorno das Unidades de Conservação da Região Metropolitana de Belém.

**Palavras-Chaves:** Políticas Públicas, Turismo Rural, Unidade de Conservação.

## ABSTRACT

As Environmental Public Policies are actions aimed at the preservation and conservation of socio-biodiversity. Management for Conservation Units has the function of ensuring the representativeness of biological heritage and ensuring the sustainable use of natural resources and also provides the communities involved or the development of sustainable economic activities. The Forest and Biodiversity Development Institute of the State of Pará - IDEFLOR-Bio, the managing body responsible for Protected Areas of the State of Pará, designing projects and activities focused on the development of the AgroVárzea populations, included in the "Appreciation of Local Communities" Program. The AgroVárzea project seeks to value the traditional communities that are in and around these areas, and is organized into two lines of actions: Technical Training and Community Monitoring, within these lines of actions, three essential themes are addressed: Agroforestry Systems (SAF's), Rural Tourism and Direct Selling. This study aims to analyze how strategies of public tourism policies in conservation units, focusing on rural tourism actions of the AgroVárzea Project, in the communities inside and in the environment of the Conservation Units of the Metropolitan Region of Belém.

**Keywords:** Public Policies, Rural Tourism and Conservation Unit.

## 1 INTRODUÇÃO

Devido crescimento desenfreado de um modelo de desenvolvimento devastador de uso dos recursos naturais, a criação de políticas públicas que assinalam para a preservação e conservação do meio ambiente são indispensáveis para impedir danos a sociobiodiversidade. O Brasil possui uma legislação ambiental exemplar do ponto de vista teórico, dentre a legislação vigente devemos destacar: A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), regulamentada pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, criado pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 (SANTOS, 2020).

As Unidades de Conservação (UC) desde suas primeiras concepções têm por objetivo o uso público, com intuito de utilizá-las como ferramenta de monitoramento e proteção da biodiversidade de tais áreas. Para nortear as áreas protegidas brasileiras, instituiu-se, por meio da Lei Federal No 9.985/2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, criado com intuito de “conservar e preservar a biodiversidade, por meio do uso sustentável dos recursos naturais, considerando as populações tradicionais existentes nesse território” (SANTOS, 2020, p.20). Além de defini normas e critérios para criação, implantação e gestão das unidades de conservação (BRASIL, 2004).

As UC's são espaços com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade do patrimônio biológico existente. Além de garantir o uso sustentável dos recursos naturais e ainda proporcionar às comunidades envolvidas o

desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis em seu interior ou entorno (BRASIL, 2004).

O trabalho com populações tradicionais e não tradicionais dentro e no entorno das UC's é muito importante para condução de uma gestão de qualidade que faça cumprir com os objetivos de criação dessas áreas protegidas. Assim, o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio, órgão gestor responsável pelas UC's estaduais, busca promover projetos e atividades focadas no desenvolvimento das populações tradicionais dentro e no entorno das UC's, dentre eles o projeto AgroVárzea, inserido no Programa de Gestão “Valorização das Comunidades Locais”.

Criado no ano de 2016, o projeto AgroVárzea busca valorizar as comunidades tradicionais que estão dentro e no entorno dessas áreas, e está organizado em duas linhas de ações: Capacitação Técnica de pessoas e Monitoramento Comunitário, dentro dessas linhas de ações são trabalhados três temas essenciais, nos quais são: Sistemas Agroflorestais, Turismo Rural e Venda Direta (IDEFLOR-Bio, 2016).

Esse estudo tem por objetivo analisar as estratégias das políticas públicas de turismo em unidades de conservação, tendo como foco as ações de turismo rural, do Projeto AgroVárzea, nas comunidades de dentro e do entorno das Unidades de Conservação da Região Metropolitana de Belém.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

Quando se pensa na terminologia Políticas Públicas, a figura representativa que sempre surge é a do Estado com seu conjunto de instituições que possibilitam o desenvolvimento de suas ações para sociedade. Porém, é de grande relevância compreendê-la como “instâncias de governança do Estado”. Nesse sentido, conceitua-se política pública como:

O conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público (GUARESCHI, 2003).

Visando atender as demandas ambientais, a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Nº 6.938/1981) é criada com o desígnio de preservar, recuperar e melhorar a

qualidade ambiental, garantindo assim, condições plenas para o desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à amparo da dignidade da vida humana (BRASIL, 1981).

Em nível Estadual, a Política de Meio Ambiente sancionada pela Lei N° 5.887/1995, é definida como:

Art. 1o – (...) o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos de ação, medidas e diretrizes fixados nesta Lei, para o fim de preservar, conservar, proteger, defender o meio ambiente natural, e recuperar e melhorar o meio ambiente antrópico, artificial e do trabalho, atendidas as peculiaridades regionais e locais, em harmonia com o desenvolvimento econômico-social, visando assegurar a qualidade ambiental propícia à vida (PARÁ, 1995, ART.1°).

Para nortear as áreas protegidas brasileiras, instituiu-se, por meio da Lei Federal N° 9.985/2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, na qual defini normas e critérios para criação, implantação e gestão das unidades de conservação. (BRASIL, 2004).

O SNUC define Unidade de Conservação como:

(...) espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2004, ART.2°, INCISO I)

Dentre os objetivos do SNUC, vale ressaltar:

(...) IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, 2004, ART.4°, INCISOS: IV, V, XII E XIII).

Com o SNUC, as unidades de conservação se integraram com as comunidades residentes dentro ou no entrono dessas áreas, sendo reconhecidas pela sociedade por sua interação com o meio preservado e a própria conservação da biodiversidade para o desenvolvimento sustentável e indiretamente para geração de emprego e renda e de dividendos para o Brasil.

Nesse sentido, o planejamento turístico, tem como finalidade a promoção e o desenvolvimento da atividade turística para que esta tenha plenas condições de ampliação de sua ação, controlando seus efeitos negativos e potencializando os resultados desejados pela demanda coletiva (WANDERLEY-FILHA, AZEVEDO, NÓBREGA, ALBUQUERQUE, 2013).

Essas estratégias de planejamento e gestão da atividade turística em unidades de conservação são direcionadas para a consolidação das funções socioambientais relativas ao desenvolvimento do turismo nessas áreas. Sendo assim, “o turismo é considerado como a menos impactante das alternativas econômicas nos ambientes naturais protegidos por lei, se tornando, inclusive, justificativa para a criação de UCs” (AZEVEDO E SOARES, 2002).

Nos últimos anos, o Brasil tem se destacado mundialmente pelo seu vasto potencial turístico, por possuir uma diversidade de ritmos, paisagens, sabores e culturas, que têm atraído um número cada vez maior de pessoas interessadas em desvendar estas particularidades nacionais. Assim, para atender os diferentes tipos de visitantes e excentricidades do mercado, a atividade turística fragmenta-se para melhor atender suas diversas demandas.

## 2.2 TURISMO RURAL: VETOR DE DESENVOLVIMENTO EM COMUNIDADES RURAIS

Turismo por se tratar de uma atividade econômica e um fenômeno social que vem contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento de muitos países, é um importante gerador de oportunidades de trabalho e renda (PRAZERES E SANTOS, 2011).

Nessa cadeia de segmentação turística, surge o turismo denominado turismo rural, que segundo o Ministério do Turismo (MTur) trata-se de um:

[...] segmento relativamente novo e em fase de expansão no Brasil, tem seu crescimento explicado por duas razões: a necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos, e a vontade dos moradores urbanos de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida, tradições, costumes e com as formas de produção das populações do interior. (BRASIL, 2003, p. 6).

O surgimento desse segmento justifica-se devido às movimentações das grandes cidades e do estresse da rotina de trabalho, o homem urbano tem procurado novas opções para escapar da vida agitada, fugindo dos destinos turísticos tradicionais (litoral, por

exemplo), que apresentam desgaste devido aos fluxos constantes de turistas. Assim, a associação entre qualidade de vida e meio rural reforça o interesse das pessoas por destinos que representam possibilidades de contato com experiências com a natureza e com modos de vida diferentes daqueles encontrados nos espaços urbanizados (BRASIL, 2003, p.06).

Os novos destinos contribuem como novas fontes de rendas e oportunidades para as comunidades locais, e ao mesmo tempo, se descobrindo a importância ambiental e o valor estratégico. Ressaltando-se a revalorização do modo de vida e o surgimento de novas funções econômicas, sociais e ambientais para o espaço rural, o que permitiu ao agricultor novas maneiras de garantir sua permanência no campo, como afirma Blanco (2004):

As 'novas ruralidades' estão criando oportunidades efetivas de trabalho e renda, com a associação do turismo rural às propriedades de agricultura familiar, tornando os produtores familiares prósperos empreendedores rurais. Valorizar e estimular essas novas atividades não agrícolas são estratégias concretas voltadas ao desenvolvimento local. (BLANCO, 2004, p. 1).

O Turismo Rural na Agricultura Familiar - TRAF, que vem se destacando no cenário do segmento, por ofertar ao público as atividades típicas ocorridas dentro das unidades de produção. Valorizando e compartilhando seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos (BRASIL, 2004).

Para aproveitar o potencial da agricultura familiar junto às novas atividades ligadas ao setor de turismo, o Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – lançou em 2004 o Programa Nacional de Turismo Rural para Agricultura Familiar. Para implementação do Programa o MDA conta com o apoio da Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar – Rede TRAF – uma articulação nacional de instituições governamentais e não governamentais, técnicos e agricultores familiares organizados que atuam nas atividades do turismo rural com o objetivo de fortalecer a Agricultura Familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável (QUEIROZ, 2005, p. 5).

O que se relaciona à produção rural, o Turismo Rural na Agricultura Familiar distingue-se pelo emprego de atividades produtivas da propriedade como atrativo turístico principal, sob a forma de demonstrações, explicações e vivência das técnicas utilizadas, em que o turista também pode interagir como parte do processo. Além das práticas produtivas o turismo rural na agricultura familiar leva em conta a cultura local, tornando-a um elemento básico desse segmento, destaca-se assim, as manifestações

folclóricas, causos, lendas, músicas, trabalhos manuais, artesanato, arquitetura (casas, galpões, moinhos, armazéns, adegas, pontes), antiguidades, maquinários e instrumentos agrícolas, etc.

De acordo com PTRAF, o baixo nível de recursos financeiros dos agricultores familiares e a autodesvalorização das tradições acaba gerando implicações gravíssimas como o êxodo rural. O turismo passa a ser vetor de valoração da agricultura familiar, além de contribuir para o aumento da autoestima da população rural.

Assim, a associação entre qualidade de vida e meio rural reforça o interesse das pessoas por destinos que representam possibilidades de contato com experiências com a natureza e com modos de vida diferentes daqueles encontrados nos espaços urbanizados. Nesse sentido, Gonçalves et al (2016) orienta que para realização da atividade turística no espaço rural, mais especificamente atrelada à agricultura familiar deve-se pensar na elaboração das ações de formação dos agricultores, para que os mesmos possam estar preparados à receber os turistas e visitantes.

Compreende-se, assim, que a interação do turismo rural com agricultura familiar poderá ser uma atividade benéfica para a comunidade rural, desde que a mesma esteja pautada na construção coletiva das ações com o suporte e consonância da comunidade, das políticas públicas e da assistência técnica para o desenvolvimento das mesmas.

### **3 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO**

#### **3.1 ÁREA DO ESTUDO**

O estudo foi desenvolvido nas Unidades de Conservação da Região Metropolitana de Belém, que segue o padrão característico das demais regiões metropolitanas brasileiras, apresentando, dentre outras características, a saturação da infraestrutura disponível e a ocupação desordenada de áreas impróprias à urbanização, pelos segmentos economicamente menos favorecidos da população.

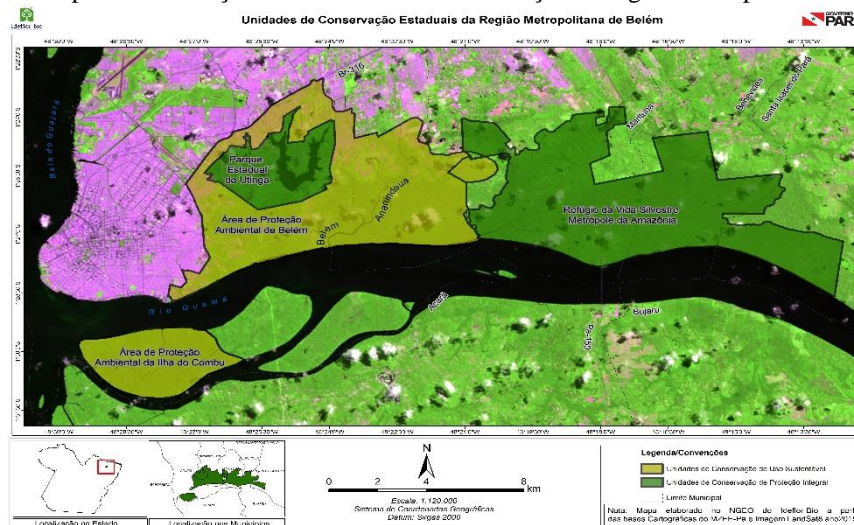
O mosaico formado pelas quatro unidades de conservação em questão está inserido nesta realidade como uma das poucas áreas remanescentes na RMB onde as condições ambientais e paisagísticas encontram-se consideravelmente preservadas.

O Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-BIO, a partir de sua Gerência Regional Belém-GRB/Diretoria de Gestão e Monitoramento de Unidades de Conservação da Natureza-DGMUC, é o órgão gestor das unidades, localizadas na figura 1 abaixo, e o promotor de políticas públicas de caráter ambiental.



As unidades em questão são: a Área de Proteção Ambiental - APA Ilha do Combu, que foi criada através da Lei Estadual nº 6.083 de 13/11/1997, sua área de 15,972 Km<sup>2</sup> apresenta ecossistema típico de várzea de grande beleza cênica. Sua população vivia basicamente da pesca e do extrativismo dos recursos da floresta, sobretudo do açaí, que pode ser encontrado por toda a ilha. Mas, recentemente vem se destacando a atividade turística como uma das principais desenvolvidas na ilha pela proximidade à capital e facilidade de acesso para o lazer (IDEFLOR-Bio, 2016).

Figura1: Mapa de localização das unidades de conservação da região metropolitana de Belém.



Fonte: IDEFLOR-Bio, 2015.

O Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia foi criado através do Decreto n . 2.211 de 30/03/2010 e está localizado na Região Metropolitana de Belém (RMB). Sua  rea de 6.367.27 hectares – que era propriedade particular da antiga Fábrica Pirelli – abrange a área de quatro municípios: Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Isabel do Pará. Com acesso realizado por via terrestre através do Km 14 da Rodovia Federal BR-316, seguindo por mais 4 km pela chamada “Estrada da Pirelli”. A Unidade tem como principal objetivo proteger ambientes naturais para que sejam asseguradas condi es de existência ou reprodu o de espécies ou comunidades da flora e da fauna residente ou migratória (IDEFLOR-Bio, 2016).

A  rea de Prote o Ambiental da Região Metropolitana de Belém (APA Belém) foi criada por meio do Decreto Estadual n  1.551, de 03/05/1993 e está localizada nos municípios de Belém e Ananindeua.   uma Unidade de Conserva o classificada como de uso sustentável, sendo admitido o uso direto dos seus recursos naturais, através de práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais.



E o Parque Estadual do Utinga (PEUt), considerada a unidade-símbolo da diversidade biológica presente na Região Metropolitana de Belém. A Unidade de Conservação está situada dentro do chamado Centro de Endemismo de Belém, que chama a atenção por sua ampla e peculiar biodiversidade, ao mesmo tempo em que é uma das regiões mais ameaçadas da Amazônia Legal, por conta da dinâmica de avanço e de consolidação da 2ª maior zona urbana da região norte do país (IDEFLOR-Bio, 2016).

#### **4 METODOLOGIA**

Este artigo trata de um estudo empírico com abordagem qualitativa ao objeto de estudo em questão – O Projeto AgroVárzea, com foco nas ações da Linha que desenvolve ações de Turismo, mais especificamente o turismo rural.

Foram realizados levantamentos de dados secundários baseados em pesquisas de natureza bibliográfica documental e de dados oficiais fornecidos pelo órgão gestor das unidades de conservação da região metropolitana de Belém. A coleta dos dados primários foi realizada através de visitas a campo, junto às comunidades e da observação sistemáticas das ações realizada nas mesmas.

#### **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

##### **5.1 A ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO AGROVÁRZEA**

O projeto AgroVárzea tem como premissa o fortalecimento da agricultura familiar com base agroecológicas e o turismo rural de forma organizada, produtiva e valorizada (IDEFLOR-Bio, 2016). Atende populações tradicionais de três das quatro unidades de conservação: APA Belém, APA Iha do Combu, REVIS Metrópole da Amazônia, e Parque Estadual do Utinga, localizadas na região metropolitana de Belém.

O projeto está pautado em duas linhas de ação: Capacitação Técnica e Monitoramento Comunitário das ações, tendo como principais temas: Sistemas Agroflorestais – SAF's, o Turismo Rural e a Venda Direta. As atividades do projeto estão pensadas dentro da metodologia GESPAR – Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local, criada e sistematizada pelo Projeto Banco do Nordeste/PNUD para promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades, que aplicada às unidades de conservação também visa promover o desenvolvimento sustentável (IDEFLOR-Bio, 2016).

## 5.2 O TURISMO RURAL NO PROJETO AGROVÁRZEA: VIVÊNCIAS

O projeto AgroVárzea em seu primeiro ano (2016) promoveu diversas ações voltadas a linha do Turismo Rural de cunho estruturante voltadas à sensibilização das comunidades acerca do segmento turístico trabalhado no projeto. A temática do turismo rural visa promover geração de renda aliada à conservação da biodiversidade, o que se mostra um grande potencial para o desenvolvimento sustentável.

A proposta foi mostrar através de intercâmbios e vivências rurais em propriedades rurais que utilizam o sistema produtivo com base familiar para fins de atração turística como instrumento de valorização da cultura local e alternativa de trabalho e renda ligada ao cotidiano da família.

Os locais onde as atividades ocorreram foram cidades localizadas no nordeste paraense, Tomé-Açu e São Domingos do Capim, berço dos sistemas agroflorestais na agricultura familiar, assim como as unidades de conservação, por exemplo, a Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belém – APA Belém, ambas ilustradas nas figuras 2 e 3.

Figura 2: Visita a Propriedade do Sr. Pedro, S. D. Capim



Fonte: IDEFLOR-Bio, 2016.

Figura 3: Visita a Casa de Farinha da Comunidade Quilombola do Abacatal – APA Belém



Fonte: IDEFLOR-Bio, 2016.

Também ocorreu nesse primeiro ano, uma palestra acerca do Turismo Rural, uma Oficina de Elaboração de Roteiro Turístico e um curso de manipulação de alimentos (figuras 4 e 5 abaixo), que serviu para atender a dinâmica das temáticas do turismo rural quanto para a temática de melhoramento da produção agrícola – com foco nos produtos artesanais produzidos pelas comunidades, como: licores, chocolates, farinha, tucupi e poupas de frutas.

Figura 4: Palestra sobre Turismo Rural – Projeto AgroVarzea



Fonte: Autores, 2016.

Figura 5: Oficina de Elaboração de Roteiro Turístico – Projeto AgroVarzea.



Fonte: IDEFLOR-Bio, 2016.

Já em seu segundo ano (2017), o projeto focou na capacitação técnica de seus participantes para atendimento de visitantes e turistas, por meio da parceria institucional entre IDEFLOR-Bio e Secretaria de Estado de Turismo – SETUR, com o Programa

Estadual de Qualificação do Turismo – PEQTur<sup>1</sup>, o eixo de Hospitalidade Turística<sup>2</sup>, disponibiliza cinco cursos: Ciclo de Palestra, Qualidade no Atendimento, Empreendimento Comunitário, Palestra sobre gestão de Negócios e sobre Linhas de Financiamento – com intuito de sensibilizar os participantes acerca da temática do turismo; além de orientar os participantes sobre a importância do bem-receber para o visitante. Ainda ocorreu o segundo intercâmbio de troca de experiências realizado pelo Ideflor-Bio nas Comunidades África e Laranjituba em Mojú – Pará. De acordo com as Figuras 6 e 7.

Figura 6: Curso de Qualidade no Atendimento – Projeto AgroVárzea.



Fonte: Autores, 2017.

Figura 7: Intercambio de Troca de Experiência Quilombo África e Laranjituba, Moju/PA.



Fonte: Autores, 2017.

<sup>1</sup> O Programa Estadual de Qualificação Profissional do Turismo - PEQTur, é um dos mecanismos do Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará - Ver-o-Pará, que tem como premissa o desenvolvimento de ações de qualificação profissional capazes de possibilitar melhorias do setor turismo no Estado, a curto e médio prazo, em sintonia com o mercado de trabalho local (SETUR PA, 2016).

<sup>2</sup> Os Cursos ofertados pelo eixo de Hospitalidade Turística contaram com apoio de Instituições como: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda - SEASTER; Instituto Federal do Pará - IFPA, além da participação de técnicos do IDEFLOR-Bio e da SETUR.



O quadro 1 a seguir mostra o potencial, já trabalhado pelas comunidades participantes do projeto, de espaços comuns ao ambiente rural que facilmente podem ser incorporados como atrativos aos roteiros turísticos que por elas foram elaborados.

Quadro 1: Atrativos e atividades desenvolvidas

Atrativos	Atividades
SAFs	Trilhas Interpretativas.
Casa de Farinha	Visitas de Observação, com possibilidade de participação, das atividades desenvolvidas no local (farinhada, goma de tapioca, retirada do tucupi).
Centros Comunitários e Sedes de Associações	Recepção dos visitantes com apresentação da culinária e da cultura local, assim como a realização de atividades esportivas.

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Para o ano de 2018, foi definido em planejamento a continuação das capacitações de Hospitalidade do PEQTur que faltaram para fechar o eixo iniciado em 2017 (o Curso de Empreendimentos Comunitários e as Palestras sobre Gestão de Negócios e Linhas de Financiamentos). Porém, ocorreu uma reestruturação no quadro técnico da gerencia e a nova equipe necessitou de um período de adaptação e conhecimento das demandas, fazendo que tais demandas já definidas fossem prejudicadas. Do planejamento original, apenas o curso de empreendimentos comunitário foi realizado (figura 8), mas foi desenvolvido o levantamento de potencias e produtos turísticos que se enquadrassem aos objetivos de conservação das UC's, que serviu de apoio para estruturação de roteiros turísticos das comunidades (figura 9).

Figura 8: Capacitação Empreendimentos Comunitários – Projeto AgroVárzea.



Fonte: IDEFLOR-BIO, 2018.

Figura 9: Reunião com comunidade para iniciar levantamento para roteiro – Projeto AgroVárzea.



Fonte: IDEFLOR-BIO, 2018.

Assim, no ano de 2019, deu-se continuidade nas ações voltadas ao turismo, focada mais no Turismo Rural Ecológico de base comunitária. Foi estruturado o Roteiros Turísticos para Comunidade de Santo Amaro, localizada na região do REVIS Metrópole da Amazônia.

Ainda pouco explorada pelos turistas, a comunidade abriga um pedaço da floresta preservada. Os aventureiros têm a opção de fazer a Trilha da Paxiúba, de quase um quilômetro de extensão – considerada nível intermediário, onde foram catalogadas cerca de 60 espécies da flora, dentre elas, 36 possuem um maior valor comercial (IDEFLOR-BIO, 2019).

Além da trilha (figura 10), que é guiada pelos próprios comunitários, a comunidade ainda oferta alimentação (figura 11) com produtos regionais, cultivados em suas propriedades. Uma das opções é peixe frito com açaí, bolo de açaí e brigadeiro com nibs de cacau.

Figura 10: Trilha da Paxiúba – Comunidade Santo Amaro – Projeto AgroVárzea.



Fonte: IDEFLOR-BIO, 2018.



Figura 11: Almoço ofertado aos visitantes – Roteiro Turístico da Comunidade Santo Amaro.



Fonte: IDEFLOR-BIO, 2018.

De acordo com depoimentos de alguns moradores locais, que fazem parte do projeto, essa iniciativa do AgroVárzea:

“É uma outra forma que aprendemos de preservar a natureza. Trabalhar com turismo comunitário nos deu um outro olhar. Fiz curso de manipulação de alimentos no Ideflor-bio”, explicou Eliana, que hoje produz brigadeiro, nibs de cacau e o chocolate em pó para comercializar (IDEFLOR-BIO, 2019).

“Melhorou bastante a nossa produção. Estamos aprendendo cada vez mais. A gente comercializa o açaí para os feirantes de Benevides e, na entressafra, o turismo comunitário nos dá uma renda extra”, comemora Rosinaldo (IDEFLOR-BIO, 2019).

Essas atividades promovem tanto o fortalecimento da produção familiar como da valorização dos produtos e das práticas e saberes tradicionais e comunitárias, oferecendo aos visitantes a oportunidade de conhecer, além dos sistemas produtivos locais, algumas práticas realizadas, como o mutirão para a produção de farinha e alguns derivados da mandioca, como goma de mandioca e o tucupí, além da coleta do açaí e do cacau.

O turismo rural pode e deve ser considerado um elemento essencial para a conservação da biodiversidade, alinhado assim com o objetivo de criação das unidades de conservação, pois principalmente no contexto amazônico, permite geração de emprego e renda a partir do modo de produção e reprodução de vida das comunidades e populações tradicionais.

O trabalho com populações tradicionais dentro e no entorno das UC's é fundamental para uma gestão compartilhada de qualidade que faça cumprir com os objetivos de criação dessas áreas protegidas, valorizando seus conhecimentos e proporcionando o desenvolvimento rural sustentável.

## **6 CONCLUSÃO**

O projeto AgroVárzea, como uma política pública que gera ações diretas para a conservação do meio ambiente, mesmo inicialmente em caráter piloto, e ainda em andamento, já se mostra eficiente do ponto de vista da cogestão das áreas protegidas, pois quando as comunidades são envolvidas em projetos que valorizam seus conhecimentos e território, o sentimento de pertencimento e necessidade de conservação aumentam, além de promoverem o desenvolvimento rural sustentável.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. F.; SOARES, A.S. **Construção e Conservação no Ecoturismo das UCS Área de proteção Ambiental Jenipabu e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RN):** a percepção dos atores que neles atuam. **Anais do VI Encontro Nacional das Anppas**, 2002. Pará.

BRASIL, Política Nacional de Meio Ambiente - **Lei nº 6.938/1981**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm) Acesso em: 12 de jun de 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, Lei no 9.985, de 18 de junho de 2000;** decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5. Ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural.** Brasília: 2003. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Diretrizes\\_Desenvolvimento\\_Turismo\\_Rural.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf). Acesso em: 16 de jun de 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Rural: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria de Políticas Públicas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e de Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação 2ª Edição. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar.** Brasília: 2004.

BLANCO, E. S. **O turismo rural em áreas de agricultura familiar:** as "novas ruralidades" e a sustentabilidade do desenvolvimento local. Caderno Virtual de Turismo Vol. 4, N° 3 (2004, p. 44).

GONÇALVES, A.L. C; CASTRO, I.C; SOARES S. L. R; CAIANA, T. M. A; PINHEIRO I.F.S. Turismo Rural na Agricultura Familiar: Uma Proposta para a Região do Totoró, Currais Novos, RN, Brasil. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, 8(IV), pp. 464- 479, out-dez, 2016. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/download/3735/pdf> . Acesso em: 27 de Mar de 2018.

GUARESCHI, N. et al. (2004) “Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência”. in. M.N. Streyi (org.) **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre, Ed: EDIPUCRS.

IDEFLOR-BIO, Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará. **Gestão e Monitoramento de Unidades de Conservação.** Pará, 2016. Disponível em: [ideflorbio.pa.gov.br](http://ideflorbio.pa.gov.br).

IDEFLOR-BIO, **Ecoturismo é alternativa de renda na Comunidade do Santo Amaro.** 2019. Disponível em: <https://ideflorbio.pa.gov.br/2019/11/ecoturismo-e-alternativa-de-renda-na-comunidade-do-santo-amaro/>

Acessado em: 12 de jun de 2021.

KASSIS, R. Turismo de base comunitária como instrumento de redução da pobreza e inclusão social, 2005, p.2. In: NEUHAUS, Esther; SILVA, Jefferson (Org.). **Um Outro Turismo é Possível**. Fórum Social Mundial de Porto Alegre, janeiro de 2005. Disponível em: <http://www.periodicodeturismo.com.br/site/espacoaberto>> Acesso em: 16 de jun de 2016.

PRAZERES, W. da S; SANTOS, Y. Alves dos. **Turismo de Base Comunitária e seus Reflexos a partir de Múltiplos Olhares na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu, BELÉM – PARÁ**. Belém: 2011, p. 18.

PARÁ, Política Estadual do Meio Ambiente - **lei nº 5.887, de 09 de maio de 1995**. (Publicada no Diário Oficial do Estado do Pará em 11 de maio de 1995). Disponível em: <http://ideflorbio.pa.gov.br/wp-content/uploads/2015/08/LEI-N-5.887-de-09-de-Maio-de-1995.pdf> Acesso em: 14 de jun de 2016.

QUEIROZ, Patrícia Gouveia. **Turismo Rural e Desenvolvimento Local na Agricultura Familiar**. 2005. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural.

SANTOS, Y. A dos. **O Turismo de Base Comunitária como Possibilidade de Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da RESEX Marinha Mocapajuba - São Caetano de Odivelas – PA**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

WANDERLEY-FILHA, I.; Azevedo, F.F.; Nóbrega, W.R.M.; Albuquerque, J.C. Planejamento e Políticas Públicas do Turismo: uma discussão teórica no contexto das Unidades de Conservação do Brasil. **Anais** do IX Congresso Nacional de Ecoturismo e do V Encontro Interdisciplinar de Turismo em Unidades de Conservação. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.4, nov-2013, pp.27-44.